

Associação Santo Mamede

Anexo às Demonstrações

31 De Dezembro de 2017

Índice

Anexo	3
1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1. Bases de Apresentação	3
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5. Ativos Fixos Tangíveis	9
6. Ativos Intangíveis.....	9
7. Locações.....	10
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
9. Inventários	10
10. Rédito.....	10
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	11
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	11
14. Imposto sobre o Rendimento	11
15. Benefícios dos empregados	12
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
17. Outras Informações	13
17.1. Diferimentos	13
17.2. Caixa e Depósitos Bancários	13
17.3. Fundos Patrimoniais	13
17.4. Estado e Outros Entes Públicos	14
17.5. Outras Contas a Pagar	14
17.6. Outros Passivos Financeiros	15
17.7. Subsídios, doações e legados à exploração	15
17.8. Fornecimentos e serviços externos	15
17.9. Outros rendimentos e ganhos	15
17.10. Outros gastos e perdas	16
17.11. Resultados Financeiros	16
17.12. Acontecimentos após data de Balanço	16

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Associação Santo Mamede” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com sede no Largo da Igreja, na localidade de São Mamede, concelho de Alijó. Tem como actividade a prestação de serviços sociais a idosos sem alojamento (CAE 88101), dispõe da valência apoio domiciliário, da qual é abrangida por um acordo com o Instituto da Segurança Social e centra a sua atividade nos 30 utentes que abrange.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o novo referencial contabilístico a contabilidade foi executada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas *Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos*.

- *Nos Diferimentos (gastos a reconhecer)* registamos essencialmente os seguros de viaturas, seguros de acidentes pessoais que se estendem ao exercício futuro sendo gasto desse ano.
- *Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)* estimamos gastos com subsídios de férias e férias e respectivos encargos sociais de modo a reconhecer em 2016 os gastos efetivos, apesar de serem pagos no ano seguinte.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada a informação de modo fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, pelo que esta pode afectar as decisões tomadas com base nas demonstrações financeiras.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos estes devem ser relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para cada bem.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

(não aplicável a esta entidade)

3.2.3. Propriedades de Investimento

(não aplicável a esta entidade)

3.2.4. Ativos Intangíveis

(não aplicável a esta entidade)

3.2.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros que esta entidade apresenta em balanço, referem-se ao fundo geral de compensação obrigatório.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão valorizados ao custo de aquisição. Em 31/12/2017 esta instituição detinha 1.120,10€ de géneros alimentares conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Movimentos	Matérias-primas (Géneros Alimentares)	Matérias-primas (Géneros Alimentares)
	2016	2017
Existências Iniciais	725,80€	1.025,50€
Compras	46.189,84€	50.379,33€
Regularização Existências	(5.918,58)€	(6.713,00)€
Existências Finais	1.025,50€	1.120,10€
CMVMC	39.971,56€	43.571,73€

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que esta Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

(não aplicável a esta entidade)

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros não resultaram em saldo a 31/12/2017.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” não originaram saldos devedores e as “*Outras contas a receber*” apresentavam um saldo de 227,99€ no final de 2017.

Outros ativos e passivos financeiros

(não aplicável a esta entidade)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor e apresentava um saldo de **23.005,30€**.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Os Fornecedores apresentavam um saldo em 31/12/2017 no valor de 4.268,90€.

Outras contas a pagar apresentavam um saldo de 18.427,93€, dos quais são valores em dívida a outros credores o montante de 2.394,90€, a fornecedores de investimentos o valor de 2.125,00€ e 13.908,03€ resultam de credores por acréscimo de gastos (periodização

económica), gastos que apesar de serem referentes ao ano o seu pagamento só ocorre no ano seguinte.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51-Fundos	660,87 €	0,00 €	0,00 €	660,87 €
56-Resultados Transitados	49.629,28		(19.174,62)€	30.454,56€
59-Outras Variações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
88 Resultado Líquido	(19.174,62)€	4.001,16€	0,00€	(15.173,46)€

3.2.9. Provisões

(não aplicável a esta entidade)

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Esta entidade teve necessidade durante o ano 2017 de recorrer a instituições de crédito, assumindo duas locações financeiras mobiliárias para aquisição de imobilizado.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), As *instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(não aplicável a esta entidade)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	15.802,61	-	-	-	-	15.802,61
Equipamento básico	15.259,72	-	-	-	-	15.259,72
Equipamento de transporte	27.380,86	17.886,18	-	-	-	45.267,04
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	20.910,97	-	-	-	-	20.910,97
Outros Ativos fixos tangíveis	13.697,67	10.321,38	-	-	-	24.019,05
Total	93.051,83	28.207,56	-	-	-	121.259,39
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6.163,47	677,81	-	-	-	6.841,28
Equipamento básico	13.240,92	435,47	-	-	-	13.676,39
Equipamento de transporte	27.380,86	4.471,55	-	-	-	31.852,41
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	13.728,80	2.867,44	-	-	-	16.596,24
Outros Ativos fixos tangíveis	10.425,74	3.520,88	-	-	-	13.946,62
Total	70.939,79	11.973,15	-	-	-	82.912,94

Propriedades de Investimento

(não aplicável a esta entidade)

6. Ativos Intangíveis

(não aplicável a esta entidade)

7. Locações

(não aplicável a esta entidade)

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Esta entidade suportou gastos com financiamentos obtidos no valor de 390,51€.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Movimentos	Matérias-primas (Géneros Alimentares)	Matérias-primas (Géneros Alimentares)
	2016	2017
Existências Iniciais	725,80€	1.025,50€
Compras	46.189,84€	50.379,33€
Regularização Existências	(5.918,58)€	(6.713,00)€
Existências Finais	1.025,50€	1.120,10€
CMVMC	39.971,56€	43.571,73€

10. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2016, foram reconhecidos os seguintes Réditos como podemos verificar no quadro comparativo seguinte:

Descrição	2016	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	60.916,90	53.416,39
Quotas dos utilizadores	57.531,90	50.116,39
Quotas e Jóias	3.385,00	3.300,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	60.196,90	53.416,39

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(não aplicável a esta entidade)

Ativos contingentes

(não aplicável a esta entidade)

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo		
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Apoio Domiciliário)	89.844,85	91.514,34
Junta de Freguesia de Santo Mamede	500,00	-
Município de Alijó	4.300,00	8.999,00
...	-	-
Subsídios de outras Entidades		
IEFP	10.728,27	4.567,34
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	105.373,12	105.058,78

A grande parte dos Subsídios resultam de um acordo mensal que esta entidade tem com o Instituto da Segurança Social referente à Valência de Apoio Domiciliário abrangendo 30 utentes. Existiram também ao longo do ano 2017 subsídios à exploração provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do município local sendo este um subsídio eventual.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(não aplicável a esta entidade)

14. Imposto sobre o Rendimento

(não aplicável a esta entidade)

15. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais desta Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

A média de funcionários dependentes (constam da folha de Remunerações) ao serviço desta associação foi neste exercício, de 9.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes analisando comparativamente os dois últimos anos:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	85.895,84	91.960,25
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	20.000,00	-
Encargos sobre as Remunerações	14.911,63	15.917,03
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	770,97	890,18
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	-	135,30
Total	121.578,44	108.902,76

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos a reconhecer		
Seguro acidentes de trabalho	126,12	45,34
Seguro automóvel	232,54	288,96
Seguro Estabelecimento	259,13	271,08
Outros seguros	172,52	90,03
Total	790,31	695,41
Rendimentos a reconhecerem		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

17.2. Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017 encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Caixa	539,10	287,32
Depósitos à ordem	20.578,86	12.694,93
Depósitos a prazo	10.000,00	10.023,05
Outros	-	-
Total	31.117,96	23.005,30

17.3. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	660,87	-	-	660,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	49.629,28	-	19.174,62	30.454,66
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	50.290,28	-	19.174,62	31.115,53

17.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Restituição de Iva-Reembolsos Pedidos	2.115,09	1.965,39
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.115,09	1.965,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	125,00	134,50
Segurança Social	1.843,21	1.676,33
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1.968,21	1.810,83

17.5. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remuneração a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	2.125,00	-	2.125,00
Credores por acréscimos de gastos	-	13.289,20	-	13.908,03
Outros credores	-	3.035,68	-	2.394,90
	-	-	-	-
Total	-	18.449,88	-	18.427,93

17.6. Outros Passivos Financeiros

(não aplicável a esta entidade)

17.7. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a que podemos verificar no quadro comparativo dos dois últimos anos:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	7.651,58	6.313,47
Materiais	2.014,04	1.987,10
Energia e fluidos	8.682,59	8.625,59
Deslocações, estadas e transportes	1.503,95	1.686,34
Serviços diversos (*)	7.764,86	8.679,57
Limpeza, Higiene e Conforto	3.893,93	4.597,58
Outros Serviços	1.104,84	1.471,15
Comunicação	899,90	879,94
Total	27.617,02	27.292,07

17.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	2.452,30	3.497,20
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,60
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	8.015,03	16.473,40
Total	10.467,33	19.971,20

17.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	612,00	1.510,63
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1.097,67	2,03
Total	1.709,67	1.512,66

17.11. Resultados Financeiros

De registar encargos financeiros no valor de 390,51€ e ganhos financeiros instrumentos financeiros no valor de 23,05€.

17.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.